



MUNICÍPIO DE  
GUIMARÃES

DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE  
FINANCIAMENTOS



MUNICÍPIO DE  
GUIMARÃES



património mundial  
world heritage

## Caderno de Encargos

Concurso Público n.º 1/25

Aquisição de serviços para funções de “Gestor de Bairro”, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital 1128”

Preço base: 37.207,44€



## Índice

<b>Cláusula 1.ª</b> .....	4
Objeto .....	4
<b>Cláusula 2.ª</b> .....	4
Partes .....	4
<b>Cláusula 3.ª</b> .....	4
Cessão da posição contratual .....	4
<b>Cláusula 4.ª</b> .....	4
Gestor do contrato .....	4
<b>Cláusula 5.ª</b> .....	5
Prazo e plano de execução .....	5
<b>Cláusula 6.ª</b> .....	5
Obrigações do adjudicatário .....	5
<b>Cláusula 7.ª</b> .....	6
Subcontratação .....	6
<b>Cláusula 8.ª</b> .....	6
Preço contratual .....	6
<b>Cláusula 9.ª</b> .....	6
Procedimentos para pagamento .....	6
<b>Cláusula 10.ª</b> .....	7
Obrigações do contraente público .....	7
<b>Cláusula 11.ª</b> .....	7
Modificações objetivas .....	7
<b>Cláusula 12.ª</b> .....	7
Sanções contratuais .....	7
<b>Cláusula 13.ª</b> .....	8
Prazo de garantia .....	8
<b>Cláusula 15.ª</b> .....	8
Resolução do contrato .....	8
<b>Cláusula 16.ª</b> .....	9
Revogação do contrato .....	9
<b>Cláusula 17.ª</b> .....	9



Dever de sigilo .....	9
<b>Cláusula 18.ª</b> .....	9
Lei aplicável .....	9
<b>Cláusula 19.ª</b> .....	10
Foro competente.....	10
<b>Cláusulas especiais do caderno de encargos</b> .....	11
<b>Cláusula 20.ª</b> .....	11
Objeto .....	11
<b>Cláusula 21.ª</b> .....	11
Principais Responsabilidades .....	11
<b>Cláusula 22.ª</b> .....	12
Local de execução e horário de trabalho .....	12
<b>Cláusula 23.ª</b> .....	12
Transição.....	12
<b>Cláusula 24.ª</b> .....	12
Forma de prestação do serviço .....	12
<b>Cláusula 25.ª</b> .....	13
Regime de exclusividade .....	13
<b>Cláusula 26.ª</b> .....	13
Requisitos .....	13
<b>Cláusula 29.ª</b> .....	15
Proteção de dados pessoais.....	15
<b>Cláusula 30.ª</b> .....	15
Preço Base .....	15

**Cláusula 1.ª****Objeto**

1. É objeto do presente contrato a aquisição para funções de “Gestor do Bairro”, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital 1128”, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços

**Cláusula 2.ª****Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

**Cláusula 3.ª****Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª****Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Lino Ricardo Ribeiro Machado, Diretor do Departamento de Inovação, Transformação Digital e Economia, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e plano de execução**

1. O prazo de execução do contrato é de 12 meses, com início a partir da assinatura.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo<sup>1</sup> ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a

---

<sup>1</sup> Quando aplicável



que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Subcontratação**

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual**

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Procedimentos para pagamento**

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.



2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. Condições de pagamento: mensal, após fornecimento dos serviços.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.



3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Trabalhadores afetos à prestação do serviço**

O adjudicatário obriga-se à apresentação do documento demonstrativo do cumprimento do artigo 419.º-A, aplicável por força, do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, ao gestor do contrato.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.



**Cláusula 16.ª****Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

**Cláusula 17.ª****Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 18.ª****Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.



---

**Cláusula 19.ª**

**Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



---

**Cláusulas especiais do caderno de encargos****Cláusula 20.ª****Objeto**

1. O procedimento concursal visa a aquisição de serviços para funções de “Gestor do Bairro”, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital 1128”.
2. O Gestor do Bairro Comercial Digital (BCD) de Guimarães será o responsável por supervisionar e gerir a execução de projetos de transformação digital no espaço público do bairro comercial, com impacto direto e indireto nos estabelecimentos comerciais e de serviços. Este profissional será o ponto central entre as equipas multifuncionais, garantindo que os projetos sejam executados dentro dos prazos, orçamentos e de acordo com todas as normas e regulamentos aplicáveis. Além disso, terá um papel determinante na dinamização da transformação digital para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), assim como na implementação de estratégias para cidades inteligentes.

**Cláusula 21.ª****Principais Responsabilidades**

O Gestor do Bairro Comercial Digital (BCD) de Guimarães terá como principais responsabilidades:

1. Gestão Executiva:
  - a) Gerir e supervisionar a implementação das atividades e investimentos definidos pelo *Board*, garantindo o cumprimento de prazos, orçamentos e a qualidade dos resultados;
  - b) Tomar decisões executivas sobre atividades, concursos e investimentos, assegurando a mobilização e cooperação entre os envolvidos;
  - c) Aferir os impactos das iniciativas na comunidade e preparar relatórios detalhados para as entidades financiadoras.
2. Gestão de Projetos e Estratégia:
  - a) Desenvolver um relatório do estado da arte/diagnóstico do ecossistema do Bairro Comercial Digital de Guimarães;
  - a) Desenvolver planos de projeto, cronogramas e orçamentos, colaborando com as diversas partes interessadas;
  - b) Definir objetivos, metas, critérios de sucesso e estratégias de marketing e comunicação a implementar;
  - c) Identificar e alocar recursos adequados para a execução eficiente dos projetos.
3. Orçamentação e Controlo de Custos:
  - a) Desenvolver e gerir os orçamentos dos projetos, monitorizando custos e procurando oportunidades de redução de despesas;



- b) Rever e aprovar faturas e pagamentos relacionados aos projetos, garantindo conformidade financeira;
  - c) Realizar análises financeiras regulares para assegurar a lucratividade e previsões a longo prazo.
4. Controle de Qualidade:
- a) Implementar procedimentos de controlo de qualidade, garantindo a conformidade com padrões estabelecidos;
  - b) Realizar inspeções frequentes e garantir que eventuais problemas sejam resolvidos com agilidade.
5. Documentação e Reporte:
- a) Manter documentação precisa e atualizada de todos os processos e componentes do projeto;
  - b) Preparar relatórios e apresentações detalhadas para as partes interessadas, assegurando a transparência e conformidade com as normas das entidades financiadoras;
  - c) Obter certificados de conformidade ao final dos projetos, conforme necessário.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Local de execução e horário de trabalho**

1. Os serviços são prestados em instalações no Município de Guimarães a definir pela entidade adjudicante ou, mediante fundamentação e subsequente aceitação, num local definido pelo adjudicatário.
2. O horário de trabalho será de 40 horas semanais.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Transição**

1. Ao término do período de contratação dos serviços de gestão do Bairro Comercial Digital 1128, o adjudicatário compromete-se a fornecer documentação detalhada e orientações necessárias para a transição das responsabilidades.
2. O adjudicatário facilitará a transferência de conhecimento, assegurando a continuidade das atividades estratégicas e sustentáveis delineadas durante o contrato.
3. O disposto nos números anteriores vigora até à conclusão efetiva do processo de transição.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter reuniões de coordenação com uma periodicidade mensal ou sempre que se verifique a necessidade, com os



representantes do Município, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do adjudicatário, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O adjudicatário fica também obrigado a apresentar um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Regime de exclusividade**

1. Os serviços objeto deste caderno de encargos serão prestados em regime de exclusividade.
2. Para efeitos do número anterior, os concorrentes devem apresentar junto à proposta:
  - a) 1 (uma) declaração em como se comprometem a afetar às funções de gestor do bairro 1 (um) recurso humano dedicado em exclusividade.
  - b) 1 (uma) declaração subscrita pelo recurso humano a afetar às funções de gestor do bairro assim como se dedicará em exclusividade às mesmas.
3. Após início de funções, o recurso humano a afeto às funções de gestor do bairro deverá remeter à entidade adjudicante a declaração de exclusividade presente no anexo C.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Requisitos**

O Gestor do Bairro Comercial Digital (BCD) de Guimarães deverá ser 1 (um) recurso humano e deter os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Formação Académica e Experiência Profissional:
  - i. Licenciatura ou grau académico superior na área de Gestão, Marketing, Comunicação, Economia Digital, Turismo ou áreas relacionadas;
  - ii. Experiência na gestão de projetos de transformação digital em PME's e em estratégias de cidades inteligentes;
  - iii. Experiência na gestão de equipas multidisciplinares.
- b) Competências Técnicas e Operacionais:
  - i. Competência na criação e gestão de orçamentos e análise financeira;
  - ii. Competências na execução e acompanhamento de projetos;



- iii. Domínio de ferramentas e tendências de consumo e investimento no comércio e serviços, tanto em lojas físicas quanto online
  - iv. Capacidade de gerir múltiplos *stakeholders*, assegurando o cumprimento de regulamentos e a qualidade do trabalho entregue.
- c) Competências Pessoais:
- i. Dinamismo, proatividade e capacidade de mobilização e compromisso;
  - ii. Capacidade analítica e crítica para a resolução de problemas e otimização de processos;
  - iii. Forte capacidade de cooperação e liderança para a gestão eficaz de equipas e recursos;
  - iv. Fluência em inglês é valorizada.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### Apresentação de propostas

1. Os concorrentes deverão apresentar proposta considerando a necessidade de 1 (um) recurso humano a afetar às funções de Gestor do Bairro Comercial Digital (Bairro 1128) de Guimarães.
2. As propostas devem ser acompanhadas pelos seguintes documentos:
  - a) Proposta com o plano de trabalhos, metodologias, boas práticas nacionais/internacionais a contemplar no âmbito das funções de gestão do Bairro 1128, incluindo modelo de gestão de projetos e demonstração de conhecimento do ecossistema da cidade de Guimarães;
  - b) Curriculum vitae do recurso humano a afetar às funções de gestor do bairro que permita avaliar o cumprimento das especificações técnicas do caderno de encargos;
  - c) Certificação comprovativa da formação académica (alínea a) da cláusula 26.<sup>a</sup>);
  - d) Declaração conforme número 2 da cláusula 25.<sup>a</sup>;
  - e) Outras declarações que ajudem na compreensão e comprovação dos requisitos exigidos em caderno de encargos;
  - f) Documento onde conste a discriminação do preço mensal, preço global e regime de IVA.

#### Cláusula 28.<sup>a</sup>

##### Prova de conceito

1. Os concorrentes terão de fazer-se apresentar em prova de conceito que permita ao júri do procedimento melhor entender o plano de trabalhos proposto e analisar o cumprimento dos requisitos indicados no caderno de encargos.
2. Para efeitos do número anterior, serão agendadas, com cada um dos concorrentes, sessões individuais de prova de conceito, das quais deverá ser lavrada a respetiva ata.
3. Serão promovidas, no máximo, três tentativas de agendamento da sessão de prova de conceito.
4. Esgotadas as tentativas definidas no número anterior será encerrada a fase de prova de conceito.



- 
5. A não comparência à sessão de prova de conceito impossibilita a verificação do plano de trabalhos e do cumprimento dos requisitos constantes no presente caderno de encargos e, consequentemente, a avaliação da proposta.
6. A impossibilidade de agendamento da sessão de prova de conceito ou a não comparência à mesma determina a exclusão da proposta.

**Cláusula 29.ª**

**Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento a os deveres previstos no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais aplicável ao presente contrato, assegurando os direitos dos seus titulares.

**Cláusula 30.ª**

**Preço Base**

O preço base do procedimento é de **37.207,44 euros**, a que acresce o IVA á taxa em vigor.